

A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PARA BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE ORGANIZATION OF SPACES FOR BABIES AND SMALL CHILDREN IN THE OFFICIAL DOCUMENTS OF CHILD EDUCATION

LA ORGANIZACIÓN DE LOS ESPACIOS PARA BEBÉS Y NIÑOS PEQUEÑOS EN LOS DOCUMENTOS OFICIALES DE LA EDUCACIÓN INFANTIL

*Renata Pavesi Cocito

**Fátima Aparecida Dias Gomes Marin

RESUMO: O artigo é resultante da pesquisa de mestrado “Do espaço ao lugar: contribuições para a organização dos espaços para bebês e crianças pequenas”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da FCT/UNESP de Presidente Prudente/SP. Consideramos o espaço um elemento curricular, de forte potencial educativo e protagonista no que tange a prática pedagógica e o desenvolvimento da criança. Na pesquisa apresentamos os conceitos de espaço, ambiente e lugar a partir da perspectiva fenomenológica. Destacamos que o espaço é constituído pela estrutura física. O ambiente é composto pela fusão entre o espaço e as relações estabelecidas em seu interior e o lugar é compreendido como o espaço/ambiente permeado pelos afetos e pela identificação do sujeito com o mesmo, lhe atribuindo valor por meio do elo afetivo. Temos como foco compreender como os espaços podem ser organizados de forma que possam agir como um elemento potencialmente promotor da qualidade na educação de bebês e crianças pequenas. Este artigo tem como objetivo discutir como a organização dos espaços é abordada nos documentos oficiais brasileiros. A partir da pesquisa qualitativa do tipo documental, analisamos documentos da Educação Infantil, buscando identificar como a organização dos espaços é retratada. Verificamos que nos documentos a organização do espaço é abordada de forma recorrente, com destaque para características físicas, estruturais e relacionais. Percebemos que a necessidade de organizar o espaço não é uma preocupação/orientação recente e que os documentos oferecem subsídios teóricos para que se estructurem espaço/ambiente de qualidade nas instituições.

PALAVRAS-CHAVE: espaço . ambiente . Educação Infantil

INTRODUÇÃO

Este trabalho é proveniente da dissertação de mestrado “Do espaço ao lugar: contribuições para a organização dos espaços para bebês e crianças pequenas”, vinculado ao PPGÉ – Programa

* Mestrado em Educação (UNESP-Pres.Prudente- S.P.). Atua como supervisora no CCI (UNESP/Pres. Prudente). Email:

**Docente do Departamento de Educação e Pós-graduação em Educação (UNESP/Pres. Prudente). Doutorado e Mestrado em Ensino na Educação Brasileira (UNESP/Marília). Email: fatima@fct.unesp.br

de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente/SP.

Temos como foco compreender como os espaços podem ser estruturados de maneira que possam ser potencialmente promotores da qualidade na educação de bebês e crianças pequenas. O artigo tem como objetivo discutir como a organização do espaço para bebês e crianças pequenas é abordada nos documentos oficiais brasileiros.

A fundamentação teórica esta atrelada a quatro áreas do conhecimento: Educação, Geografia, Arquitetura e Urbanismo e Psicologia. Dentre os autores base para a construção da pesquisa e deste artigo, destacamos: Forneiro (1998), Edwards, Gandini e Forman (1999), Horn (2004), Faria (2001), Blower, Azevedo e Vasconcellos (2006) e Tuan (2013).

Forneiro (1998, p.232) ao abordar o conceito de espaço, destaca que o mesmo “[...] refere-se ao espaço físico, ou seja, aos locais para a atividade caracterizados pelos objetos, pelos materiais didáticos, pelo mobiliário e pela decoração”. A mesma autora, ao definir o conceito de ambiente, o considera como “[...] o conjunto do espaço físico e às relações que se estabelecem no mesmo (os afetos, as relações interpessoais entre as crianças, entre crianças e adultos, entre crianças e sociedade em seu conjunto)” (FORNEIRO, 1998, p. 232-233).

Nesta perspectiva, o espaço é constituído pela estrutura física. O ambiente é composto pela fusão entre o espaço e as relações estabelecidas em seu interior e o lugar é compreendido como o espaço/ambiente permeado pelos afetos e pela identificação do sujeito com o mesmo, lhe atribuindo valor por meio do elo afetivo (TUAN, 2013). Espaço, ambiente e lugar são co-existentes como podemos verificar nas definições de Blower, Azevedo e Vasconcellos (2008, p.2):

O espaço, uma vez vivenciado e experienciado, passa a ser reconhecido como ambiente. A este último, as sensações vividas determinarão sentimentos e lhe atribuirão valores; desta forma, o espaço, antes sem identidade, passa a ser compreendido como lugar.

A estruturação dos espaços está intimamente ligada com a concepção de educação, de criança e com a proposta pedagógica. Neste contexto, o professor é responsável por criar um espaço provocativo, a partir da sua relação com o grupo de crianças, da sua percepção e de seus conhecimentos.

A relação entre o professor e o espaço é explicada por Forneiro (1998) através do processo de “tomada de posse” do espaço como um elemento curricular. Este processo é composto por três etapas: na primeira o espaço abriga quem ensina e quem aprende, não são realizadas intervenções/modificações, pois “[...] o espaço não era tomado como algo que fizesse parte das coisas que os professores(as) tivessem que manipular”. (FORNEIRO, 1998, p. 236), na segunda etapa o espaço é considerado um instrumento promotor do processo pedagógico, alterado conforme a necessidade e onde “os professores(as) sabem que devem tomar decisões sobre tal componente curricular” (FORNEIRO, 1998, p.236) e na terceira etapa o espaço se torna um elemento essencial da prática pedagógica e co-responsável pela aprendizagem, é um recurso pedagógico. O processo de “tomada de posse” do espaço é primordial para o aprimoramento da prática do professor e para a estruturação de espaços pautados na conexão teoria-prática, a aproximação com o teor dos documentos pode nortear esse processo.

Assim, nos reportamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 2015) que em 1996, atribuiu um *status* inédito a Educação Infantil: primeira etapa da educação básica. A Educação Infantil passou a fazer parte do sistema educacional, deixando de estar conectada, formalmente, às áreas de saúde e assistência social. Ao Estado está atribuído o dever de garantir o direito da criança à educação pública, gratuita e de qualidade. Para a Educação Infantil, a LDB (BRASIL, 2015) institui a necessidade de qualificar as práticas e os saberes relacionados à infância. Realizamos a análise de alguns documentos, buscando identificar como a organização do espaço de bebês e crianças pequenas é abordada e direcionada nos últimos anos.

METODOLOGIA

A investigação caracteriza-se como qualitativa do tipo descritiva e explicativa, utilizamos a pesquisa documental como fonte de informação. De acordo com Godoy (1995, p.58), a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como aquela que:

[...] não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como do tipo descritiva – explicativa. Segundo Gray (2012, p.36) “os estudos descritivos buscam ‘desenhar um quadro’ de uma situação, pessoa ou evento, ou mostrar como as coisas estão relacionadas entre si”. O mesmo autor caracteriza a pesquisa explicativa como aquela que “[...] se dispõe a explicar e examinar informações descritivas” e que “[...] procuram responder a pergunta do tipo ‘por que’ e ‘como’” (GRAY, 2012, p.36).

Com relação à natureza dos dados e procedimentos, adotamos a pesquisa documental como estratégia de investigação por considerarmos necessário dimensionar como a temática dos espaços e sua organização nas instituições de Educação Infantil vem sendo abordada, no decorrer dos anos, nos documentos oficiais. Sobre a pesquisa documental, Godoy (1995a) destaca a riqueza de dados que podem emergir a partir da análise e/ou reanálise interpretativa dos documentos.

Neste artigo, analisamos os seguintes documentos: Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (2009), Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 anos (2006), Parâmetros Nacionais para a Qualidade na Educação Infantil (2006), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças (2009), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica (2012) e Mapa de Inovação e Criatividade da Educação Básica (2016). Enfatizamos nesta etapa do artigo aspectos relacionados a organização dos espaços para bebês e crianças pequenas.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE 1998 A ATUALIDADE

O RCNEI, publicado em 1998, está dividido em três volumes. É um documento orientador que tem como objetivo integrar os fazeres da Educação Infantil diluídos pelo país e imprimir um fazer que seja, ao mesmo tempo, comum e singular por meio de referências e orientações. Segundo Cerisara (2001, p.27), espera-se que este documento não venha a se tornar algo forçado, que não permita a reflexão, espera-se que seja um documento em que o profissional ao fazer sua leitura se identifique com ele e assim se torne “[...] uma referência nacional que possibilite e estimule o processo de construção curricular em cada instituição”.

Em suas páginas iniciais o RCNEI (BRASIL, 1998a) apresenta uma “Carta do Ministro da Educação” endereçada aos professores de Educação Infantil, nela há as seguintes pretensões e objetivos:

[...] pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998a, p. 07).

Neste excerto, a preocupação com as particularidades de cada criança, o reconhecimento de seus direitos e a menção do ambiente como elemento integrante do processo educacional denota que a educação para crianças é vista para além do assistencialismo. No que tange ao ambiente, compreendemos que não basta que seja limpo, higienizado e seguro, mas que também favoreça a socialização, a relação entre os pares, o acesso à cultura, o envolvimento com a realidade.

O volume I do RCNEI faz a introdução ao documento e evidencia o brincar como um elemento inerente a infância, atribui a ele um protagonismo que lhe é cabido, uma vez que o brincar é uma forma de expressão, uma maneira da criança viver, experienciar e apreender o mundo que a cerca. O RCNEI destaca a função do professor como mediador e de adulto mais experiente. Sobre o brincar evidencia que é o professor que “[...] organiza sua base estrutural, por

meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar”. (BRASIL, 1998a, p.28).

O planejamento do espaço, mobiliário, a seleção e variedade dos materiais são considerados fundamentais, assim como a estruturação de um espaço que permita a “montagem de ambientes novos” (BRASIL, 1998a, p.58). Esses elementos são considerados ativos dentro do projeto educacional e indicadores de práticas educativas de qualidade.

O espaço físico é apresentado como potencialmente versátil, onde as necessidades das crianças são observadas e atendidas, por meio das intervenções do adulto, focando o desenvolvimento infantil e atendendo as especificidades de cada faixa etária. O documento também faz referência ao espaço que permita a exploração, movimentação e a interação das crianças também em locais para além dos muros da escola, explorando o espaço externo, a vizinhança e se aproximando da cidade, destacamos: passeios pelo entorno e visitas ao comércio local (BRASIL, 1998a).

Fatores como o clima/ambiente institucional, envolvimento emocional, a segurança, o afeto, a cooperação, a alegria e a tranquilidade são aspectos evidenciados para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças; a organização do espaço e do tempo; a seleção e a oferta dos materiais (BRASIL, 1998a).

Avaliamos que a utilização das terminologias espaço e ambiente nos RCNEI não demonstra clareza com relação à diferenciação entre os conceitos, no entanto verificamos que o emprego dos mesmos denota complexidade atribuída a organização dos espaços.

O volume 2 do referencial (BRASIL, 1998b) aborda as instituições de Educação Infantil como espaços de socialização e englobam suas vicissitudes relacionadas ao desenvolvimento da criança e aos processos de aprendizagem, tais como: construção da identidade, autonomia, interação, cooperação, afetividade, conforto, aconchego, construção de vínculos, consciência corporal (BRASIL, 1998b).

O volume 3 do RCNEI (BRASIL, 1998c) considera o movimento humano como meio para compreender o mundo, aquele que “[...] constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo” (BRASIL, 1998c, p.15). A partir dessa pontuação, o documento

avalia que o ambiente precisa, contraditoriamente, proteger e acolher, desafiar e instigar a criança a desvendar o espaço.

O documento (BRASIL, 1998c) faz referência ao conceito de paisagem e ressalta a importância da percepção da paisagem do lugar vivido pela criança. Evidencia a necessidade de observar as mudanças da paisagem relacionadas ao clima, às estações do ano, à presença de determinadas plantas e/ou animais e sugere a observação da paisagem construída pelo homem. Destaca a necessidade de conhecer a história de pessoas, as formas específicas de se viver em um grupo social para as crianças conhecerem o que se transformou no local em que elas vivem.

O espaço é organizado de forma que seja confortável e aconchegante e que privilegie a exposição das produções das crianças, qualidade e quantidade de materiais, organização e atualização dos espaços da sala, desenvolvimento da autonomia, a estimulação de diferentes linguagens (BRASIL, 1998c). No RCNEI a organização do espaço se constitui em um elemento da prática pedagógica. Nossa constatação é reforçada por Cerisara (2002, p.336) que, ao analisar o conteúdo dos referenciais, elenca conceitos que permeiam o documento e considera que são fundamentais para a estruturação das especificidades da Educação Infantil:

[...] criança, educar, cuidar, brincar, relações creche-família, professor de educação infantil, educar crianças com necessidades especiais, a instituição e o projeto educativo. Fala ainda em condições internas e externas com destaque para a organização do espaço e do tempo, parceria com as famílias, entre outros aspectos. É preciso destacar ainda que a bibliografia citada contempla grande parte da produção recente da área.

Por sua vez, Palhares e Martinez (2001) colocam a Educação Infantil registrada nos referenciais em debate e evidenciam que este documento não reflete a realidade brasileira vivenciada cotidianamente nas instituições brasileiras; e, ainda, que desconsidera a formação superficial e as más condições de trabalho do professor. Com base nas pontuações dos autores fica evidente que o referencial se remete a uma infância e a uma Educação Infantil elitizada, distante da realidade.

Especificidades ou direcionamentos mais contundentes acerca da organização dos espaços também não são contemplados nos referenciais, dentre esses aspectos, Palhares e Martinez (2001, p.12) destacam a “[...] condição do ambiente, a razão adulto-criança, a adequação do espaço

físico, a formação de vínculo do educador e rotatividade de profissional de creche ocasionada em grande parte pela baixa remuneração e a própria formação do educador [...]”.

Acreditamos que é pertinente destacar que a constituição desse documento é permeada por questões políticas, em 1998 a primeira versão dos RCNEI foi publicada sem que as considerações dos pareceristas fossem avaliadas. Sua publicação também antecede as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil (DCNEI) que são de caráter mandatório, desta forma “[...] atropelou também as orientações do próprio MEC [...]” (CERISARA, 2002, p.336).

Compreendemos que a intencionalidade do governo ao divulgar amplamente os referenciais demonstra preocupação com uma política de aparências e não uma política consciente e comprometida com a infância. A discrepância entre o real e o ideal e a conexão (ou ausência dela) com a educação na primeiríssima infância é apresentada por Palhares e Martinez (2001, p.13-14):

[...] o referencial não contempla a questão das diversas camadas sociais. Em especial a idade de 0 a 3 anos, para a qual se tem um vasto conhecimento sistematizado sobre a educação de crianças pequenas em creche, o referencial parte de uma proposta importante, real para classes mais altas, mas não considera a maioria da realidade das creches das camadas populares – desconhece o valor do trabalho que vem se realizando com esta população. É como se não conhecesse a creche.

As DCNEI foram instituídas em 1999 e revisadas e fixadas em 2009. É um documento mandatório, que tem por finalidade oferecer diretrizes para a construção das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. Ao abordar a organização de espaço, tempo e materiais, as DCNEI enfatizam a necessidade de assegurar o cuidar e o educar de forma indissociável e destaca os seguintes aspectos: atenção as especificidades de cada faixa etária, estimulação das diferentes linguagens, propiciar a interação (criança-criança, criança-adultos), interação efetiva com as famílias/comunidade, vivências em espaços amplos internos e/ou externos pelas crianças, estruturar espaços que sejam acessíveis, favorecer a inclusão de crianças com necessidades especiais e propiciar a aproximação com diferentes culturas (BRASIL, 2009b).

As DCNEI enfatizam a necessidade de promover experiências sensoriais e corporais, estimulação e aproximação com a linguagem oral e escrita, oportunizar momentos individuais e coletivos, incentivar o desenvolvimento de atitudes autônomas, favorecer o contato com a

natureza, lançar mão de recursos tecnológicos e midiáticos, propiciar acesso à cultura e tradições culturais brasileiras e assim como com a diversidade étnica, cultural e estética (BRASIL, 2009b).

Observamos que o documento não aprofunda a questão do espaço, mas o considera relevante. Termos como espaços, interações, movimento, diversidade, singularidade, materiais estão presentes nas orientações relacionadas à construção das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

Em 2006, foi publicada a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 Anos à Educação, que apresenta como um de seus objetivos: “garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades educacionais especiais e a diversidade cultural” (BRASIL, 2006a, p.19). A preocupação com a infraestrutura mínima necessária para a manutenção das instituições de Educação Infantil é colocada como uma de suas metas:

- espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
- ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;
- mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
- adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2006a, p. 21-22).

O documento contempla essencialmente o espaço físico e sua estruturação, destaca a necessidade de se respeitar características regionais, especificidades da faixa etária e as necessidades do processo educativo (BRASIL, 2006a). As características elencadas são preponderantes para a estrutura predial e física de uma instituição, é base para a concretização do trabalho pedagógico.

Os Parâmetros Nacionais para a Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2006b), publicados em 2006 e reeditados em 2008, são formados por dois volumes e tem como função contribuir para a construção de políticas públicas para a Educação Infantil.

O volume 1 (BRASIL, 2006c), de caráter introdutório, apresenta fundamentos acerca da qualidade na Educação Infantil. Destaca que para a definição de parâmetros de qualidade é

necessário trazer a criança para o primeiro plano, de maneira que seus direitos sejam garantidos. Com relação ao espaço, o documento destaca “espaço, tempo e material específico” como um dos direitos da criança. Evidencia ainda que elas devem ser incentivadas a “movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre” (BRASIL, 2006c, p.19).

O volume 2 (BRASIL, 2006d) apresenta as especificidades sobre as instituições de Educação Infantil. Sobre a organização dos espaços da instituição de Educação Infantil o documento destaca as seguintes necessidades: quantitativo de crianças condizente com o tamanho da sala, explorar o espaço interno e externo, proporcionar momentos agitados e tranquilos para as crianças, assim como momentos individuais e coletivos (BRASIL, 2006d). Os parâmetros evidenciam a importância de criar “[...] condições favoráveis à construção do autoconceito e da identidade pela criança em um ambiente que expresse e valorize a diversidade estética e cultural própria da população brasileira” (BRASIL, 2006d, p.40).

Ao elencar espaços, materiais e equipamentos das instituições de Educação Infantil o documento apresenta elementos relacionados ao uso prioritário das crianças e dos adultos, em comum destacamos a necessidade de privilegiar as interações, o conforto, acolhimento e aconchego. Especificamente sobre os espaços materiais e equipamentos para crianças evidenciamos: que sejam desafiadores, instigantes, conservados, coloridos, que estimulem a curiosidade e a imaginação, que sejam usados diariamente e ativamente pelas crianças e que tenham produções, fotografias, quadros e desenhos expostos (BRASIL, 2006d).

Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006e), aborda características da edificação de prédios específicos para a Educação Infantil e menciona aspectos relacionados ao espaço, destacamos: um espaço mutável, flexível e que possibilite a intervenção das crianças em sua reestruturação, que favoreça as interações, desenvolva a escuta e diálogo das crianças, promova descobertas, desafios e aprendizagens. Ainda ressalta que “o espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, brincável, explorável, transformável e acessível para todos” (BRASIL, 2006e, p.8). Ao discorrer sobre a criança e a educação, o documento afirma que:

Reconhece-se a criança como sujeito do processo educacional e como principal usuário do ambiente educacional. Por isso, é necessário identificar parâmetros essenciais de ambientes físicos [...] Assim, a reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) constitui-se em requisito essencial para a formulação dos espaços/lugares destinados à Educação Infantil. (BRASIL, 2006e, p.21).

Os parâmetros apresentam aspectos importantes referentes a infraestrutura das instituições infantis, como cores, texturas, luminosidade/insolação, ventilação, interação com o ambiente natural e também destacam características essenciais para a construção do espaço/ambiente/lugar como: conforto (térmico, visual e acústico), sensação de prazer em estar naquele espaço, de acolhimento e segurança, de torná-lo um espaço convidativo.

Em 2009, foi publicado os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009). Este documento avaliativo que tem como finalidade identificar o potencial transformador nas instituições. Os indicadores se baseiam na análise da qualidade de algumas “dimensões” da Educação Infantil, destacamos a dimensão 5: “os ambientes físicos da instituição devem refletir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos os seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, criativo” (BRASIL, 2009, p. 48).

Este documento apresenta características para o espaço interno e sua edificação, tais como: arejado, limpo, iluminado, seguro, aconchegante, que permita visualizar o espaço externo e que atenda a necessidade de adultos e crianças. Sobre o espaço externo pontua destaca que precisa ser cuidado, limpo, composto por elementos da natureza, que permita brincadeiras e jogos diversos ao ar livre e que possibilite o acesso a materiais como areia e água.

Considerando as necessidades e especificidades das crianças, os documentos destacam a disponibilização de espaços, materiais variados e mobiliário de acordo com a faixa etária. Nesta perspectiva, Horn (2004, p. 17) enfatiza que “é importante termos consciência de que as crianças, passando por diferentes estágios de desenvolvimento, terão, por conseguinte, necessidades diversas também em relação ao meio no qual estão inseridas”. Os indicadores também pontuam sobre a necessidade de renovar a decoração e os arranjos do espaço constantemente. Edwards, Gandini e Forman (1999, p.157) corroboram com esta questão evidenciando que espaço/ambiente precisa “[...] permanecer atualizado e sensível às suas necessidades de serem protagonistas na construção de seu conhecimento”.

Sobre a visibilidade das crianças no processo educativo, o planejamento da ação educativa e a organização do espaço, Horn (2004, p.18) considera que “[...] planejar a vivência no espaço implica prever que atividades são fundamentais para a faixa etária a que se destina, adequando a colocação dos móveis e dos objetos que contribuirão para o pleno desenvolvimento das crianças”.

Com relação aos espaços, os indicadores evidenciam preocupação com a infraestrutura básica (banheiros, pias, chuveiros, bebedouros), com a estrutura predial (altura de janelas), com o mobiliário adequado ao uso das crianças e com a acessibilidade (para todos os sujeitos, com ou sem deficiências).

Também em 2009, foi publicada a 2ª edição dos Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. A publicação apresenta três fotografias de momentos vivenciados na Creche Carochinha, creche universitária da Universidade de São Paulo (USP): a primeira retrata uma criança descascando uma banana e as outras duas registram um pequeno grupo de crianças explorando espaços externos e materiais (água e gelatina).

No nosso ponto de vista as fotografias revelam a intencionalidade deste documento: educação para a autonomia, para a exploração dos espaços, para a interação entre os pares, para a exploração de diferentes materiais e linguagens.

Não se trata de um documento técnico, é um material de fácil compreensão, escrito em tópicos com frases afirmativas e intencionalidades positivas. A publicação apresenta 12 critérios, aqui destacamos 5 relacionados ao espaço:

Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante.
Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza.
Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos.
Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade.
Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos. (BRASIL, 2009).

Os critérios selecionados retratam o que se espera de um espaço/ambiente com qualidade e evidenciam a intenção de que a criança se aproprie e se sinta segura nos espaços da instituição. Entendemos que ao atender os critérios destacados no excerto a criança, gradativamente, vai se sentindo pertencente e atribuindo valor emocional a esse espaço, podendo o transformar em lugar. Sobre a relevância dos critérios e a organização dos espaços, Faria (2001, p. 74-75) assevera:

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 3, p. 306-326, Set/Dez, 2017. ISSN: 2236-0441
DOI: 10.14572/nuances.v28i3.5153

A leitura atenta deste documento, que na minha opinião traz bases para uma pedagogia da educação infantil, indica a necessidade de repensar a organização espacial comumente adotada entre nós inspirada em um único tipo de escola/sala de aula [...].

Além de despertar esse olhar para a organização espacial, os critérios abarcam características relacionadas a questões emocionais e afetivas como: aconchego, segurança, afeto, proteção, amizade, direito de expressar os sentimentos e a atenção especial durante a adaptação. Assim sendo, sinalizam para a compreensão dos espaços para bebês e crianças pequenas como educativos e permeados pelas relações e, desta forma, entendemos que apresentam subsídios para que o espaço seja transformado em lugar.

Em 2012, é publicado *Brinquedos e Brincadeiras de Creches – manual de orientação pedagógica*, composto por 5 módulos, tem como finalidade dar suporte para orientar a equipe escolar na tarefa de organizar e otimizar o uso de “[...] brinquedos, materiais e brincadeiras para creches, apontando formas de organizar espaços, atividades, conteúdos, diversidade de materiais que no conjunto constroem valores de uma educação infantil de qualidade” (BRASIL, 2012a, p.02).

Os manuais são como uma extensão das DCNEI, pois estão atrelados à seus princípios, concepções, objetivos e propostas. Evidenciamos que a terminologia “manual” remete aos termos receita, prescrição ou fórmula, por isso destacamos a reflexão como ferramenta essencial para a utilização dos manuais, para que os mesmos não sejam utilizados como fonte para reprodução e transposição de indicações nas diferentes realidades de trabalho.

É destacada a necessidade de empenho da equipe de profissionais para que as mudanças ocorram e que a educação de qualidade, pautada em experiências significativas para as crianças e na intencionalidade pedagógica, seja uma constante. A intencionalidade ganha destaque à medida que é considerada como resultado da “[...] intervenção que se faz no ambiente, na organização do espaço físico, na disposição do mobiliário, na seleção e organização dos brinquedos e materiais e nas interações com as crianças” (BRASIL, 2012a, p.08).

O tema espaço é apresentado em um manual específico (Módulo IV) e abordado de forma diluída, nos outros manuais. Consideramos as orientações apresentadas nos manuais como positivas no sentido de ilustrar uma possibilidade de prática pedagógica. Neste documento o espaço

é inserido no processo educativo de forma integrada à ação do professor e à sua prática com as crianças, é considerado um elemento imprescindível para a construção de uma Educação Infantil de qualidade. O documento considera que “[...] faz-se necessária a observação das crianças, a definição de intenções educativas, o planejamento do ambiente educativo [...]” (BRASIL, 2012a, p.08).

O Módulo I – Brincadeira e interações nas Diretrizes curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2012a) ao discorrer sobre a interação apresenta cinco formas para ela ser concebida na Educação Infantil, a partir da ótica das crianças: criança-professores/adultos, criança-criança, criança-brinquedos, criança-instituição-família e criança-ambiente. A interação se estabelece de diferentes formas e não ocorre isoladamente, ela coexiste nos diferentes espaços escola.

O Módulo II – Brinquedos, brincadeiras e materiais para bebês (BRASIL, 2012b) está organizado considerando as necessidades e o desenvolvimento esperado para cada etapa do desenvolvimento do bebê. Conforme o bebê vai ampliando seu conhecimento de mundo e as suas possibilidades de interação, a disponibilidade de brinquedos, a organização de contextos de brincar e a interação se modifica com base nos interesses das crianças que também vão se ampliando e, conseqüentemente, se alterando/aprimorando.

O Módulo III – Brinquedos, brincadeiras e materiais para crianças pequenas (BRASIL, 2012c) oferece orientações que visam atender as especificidades de crianças de 2 e 3 anos de idade. Para esta faixa etária a ênfase está no desenvolvimento da autonomia e na estruturação de “áreas” ou “cantos” nos espaços utilizados pelas crianças. Neste módulo, acrescenta-se a necessidade de desenvolvimento da linguagem, a ampliação do vocabulário, a convivência em grupo, a consciência de si, a elaboração de hipóteses e a problematização das vivências.

O Módulo IV – Organização do espaço físico dos brinquedos e materiais para bebês e crianças pequenas (BRASIL, 2012d) oferece subsídios para a estruturação de ambientes específicos para atender a faixa etária de até 3 anos de idade. A faixa etária de 4 a 6 anos é mencionada, mas não se configura no foco deste documento.

Sobre os ambientes para bebês, sugere: sala com berços reservada, sala principal para atividades e experiências, espaço para entrada e acolhimento, fraldário, espaço para banho, lactário e solário/jardim sensorial (BRASIL, 2012d). Considerando a necessidade da criança se movimentar e explorar o ambiente, fazemos uma observação sobre uso dos berços que pode

funcionar como um elemento limitador dos movimentos e cerceador de algumas possibilidades que a criança poderia vivenciar se estivesse dormindo/repousando em um colchão localizado no chão. Frisamos que, para qualquer mudança, é necessário analisar a realidade de cada instituição, quantitativo de crianças por grupo, quantidade de profissionais e outros aspectos.

Para os ambientes de crianças de 1 a 3 anos os manuais apresentam como sugestão a organização da sala de referência como um espaço mutável, que se modificam de acordo com a intencionalidade do grupo e do professor.

O Módulo V – Critérios de compra e uso dos brinquedos e materiais para instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2012e) abrange aspectos relacionados a seleção, compra, qualidade e uso de brinquedos e materiais. A intenção é suscitar questionamentos/reflexão acerca da maneira como esses itens chegam até a instituição e sua utilidade, para realizar aquisições conscientes e otimizar os recursos financeiros. Esta reflexão permite que os recursos empregados sejam realmente direcionados para o desenvolvimento e uso das crianças. O documento assevera que os brinquedos/materiais não são elementos decorativos e enfatiza a necessidade dos brinquedos estarem disponíveis e acessíveis para as crianças, pois é suporte para a brincadeira (BRASIL, 2012e).

Destacamos que nos cinco módulos é evidenciada a necessidade de estruturar espaços/ambientes que sejam tranquilos, acolhedores, seguros e aconchegantes para as crianças e para os demais sujeitos que movimentam o dia a dia na instituição de Educação Infantil. Esses aspectos, associados a qualidade material dos espaços e a ação pedagógica delineiam caminhos possíveis para que o espaço seja constituído como lugar.

Por fim, destacamos o Programa de Estímulo à Criatividade na Educação Básica. Através de ações sistematizadas do programa o Ministério da Educação (MEC) reconheceu 178 instituições (públicas, privadas e organizações não governamentais) como inovadoras e criativas.

Por meio de uma chamada pública, feita no segundo semestre de 2015, o MEC recebeu inscrições de instituições consideradas inovadoras e criativas para serem avaliadas e mapeadas com a finalidade de oferecer contribuições para a qualidade da Educação Básica brasileira. As instituições foram avaliadas por Grupos de Trabalho Regionais em cinco dimensões: gestão, currículo, ambiente, métodos e articulação com outros agentes.

A dimensão 1, relacionada à gestão, menciona a importância de processos compartilhados e de parceria, considera, dentre outros elementos, a organização do espaço como fator importante dentro deste processo de gestão da equipe de trabalho, dos fazeres pedagógicos e da trajetória do aluno na instituição.

Na dimensão 2, o currículo, apresenta o espaço como um elemento curricular. Num primeiro momento destaca a diversidade de experiências vividas – afetiva, ética, social, cultural e intelectual; e que fazem parte da formação do sujeito como elementos curriculares importantes. Num segundo momento, reconhece que as instituições educativas como autoras e produtoras de conhecimento e cultura. É no espaço educativo que os diferentes saberes se unificam para gerar novas formas de pensar o mundo, a vida, e assim possibilitar transformações. E, por fim, o documento destaca a relevância da sustentabilidade para integrar um currículo atual, vislumbrando novas relações entre os sujeitos e o espaço onde vivem.

A dimensão 3 aborda o tema Ambiente e considera como inovadora e criativa, as instituições cujo ambiente tenha incutido a intencionalidade de uma educação humanizada: dotada de valores, criativa, plural, acolhedora, participativa, que valorize o diálogo e a equidade. Acreditamos que estes aspectos considerados pelo MEC oferecem uma perspectiva acerca da forma como os ambientes nas instituições de educação básica podem ser pensados e estruturados.

A dimensão 4, ao abordar o item “métodos”, define como propósito avaliativo deste requisito o reconhecimento e o incentivo para o protagonismo do aluno/criança, atendido em suas particularidades e interesses.

A dimensão 5 menciona a articulação com outros agentes e mostra que, para a educação acontecer, a escola não pode e não deve estar sozinha, é uma instituição que precisa estar associada à outras esferas da comunidade com o propósito de garantir uma educação de qualidade e o envolvimento de todos.

Após a avaliação as instituições foram categorizadas em 2 blocos – as instituições inovadoras e as com plano de ação para inovação, ou seja, aquelas com um caminho já consolidado no campo da inovação e outras em processo de construção e de consolidação do processo de inovação. Na Educação Infantil, o documento apresenta 81 instituições consideradas inovadoras e criativas – 12 estão trilhando um caminho de práticas educacionais que focam a

criatividade e inovação e as demais 69 instituições, possuem uma trajetória mais experiente neste âmbito.

Por se tratar de um documento oriundo de um instrumento avaliativo, de pesquisa e de investigação da Educação Básica, chama atenção a intencionalidade demonstrada pelo MEC em sistematizar o que está sendo feito além do que, basicamente, propõe os documentos. O fato de buscarem estas realidades diversas pode sinalizar mudanças educacionais futuras, o próprio programa considera que seus resultados oferecem margem para novas pesquisas neste campo da Educação Básica.

Este documento torna visível muitas experiências e vivências educacionais. As 81 experiências inovadoras e criativas implicam em 81 oportunidades de inspiração para a organização e estruturação de outras instituições. Essas práticas inovadoras revelam que os profissionais de educação estão caminhando para além do óbvio e para além da reprodução de práticas exaustivamente conhecidas.

CONCLUSÃO

Considerando todos os documentos analisados, verificamos que a organização dos espaços tem íntima relação com o desenvolvimento da criança e a estruturação do trabalho do professor. Também é possível perceber que a organização do espaço é recorrente nos documentos oficiais, não se trata de uma preocupação recente, mas sim de um aspecto reforçado ano a ano, documento a documento.

Esta conexão entre os documentos no decorrer dos anos revela que o MEC e os demais colaboradores possuem estratégias para pensar e fundamentar a Educação Infantil, não são ações isoladas. A cada publicação temos o reforço de se buscar uma educação de qualidade. No entanto, com base nas ideias de Evangelista (2016, p.22), concordamos que “infelizmente, documentos e pesquisas não garantem o oferecimento de uma Educação de qualidade”.

No que tange ao conceito de espaço e ambiente, consideramos que mesmo quando não existe a clara delimitação entre o que é espaço, o que é ambiente e o que é lugar, os documentos apresentam orientações que privilegiam não apenas aspectos da estrutura física, mas também aspectos relacionados à qualidade relacional do espaço.

A preocupação com uma educação mais humanizada, permeada pelas relações, afetividade, envolvimento e aconchego, expressa na maioria dos documentos, evidencia que organizar o espaço na Educação Infantil requer aspectos que transcendem a presença e posicionamento de materiais, mobília e decoração. Essa atmosfera esperada do espaço institucional de bebês e crianças pequenas exige atuação de profissionais preparados e sensíveis a essas demandas. Consideramos que a “tomada de posse” do espaço como elemento curricular pelo professor, é essencial para que as crianças também “tomem posse” do espaço e se sintam pertencentes a ele. Os documentos orientam, norteiam, sugerem, indicam, mas a ação do professor sobre seu teor e a leitura de sua realidade de trabalho é essencial.

THE ORGANIZATION OF SPACES FOR BABIES AND SMALL CHILDREN IN THE OFFICIAL DOCUMENTS OF CHILD EDUCATION

ABSTRACT: The article is the result of the master's research "From space to place: contributions to the organization of spaces for infants and young children", linked to the Postgraduate Program in Education of FCT / UNESP of Presidente Prudente / SP. We consider space a curricular element, with a strong educational potential and protagonist in what concerns the pedagogical practice and the development of the child. In the research we present the concepts of space, environment and place from the phenomenological perspective. We emphasize that space is constituted by the physical structure. The environment is composed of the fusion between the space and the relations established in its interior and the place is understood as the space / environment permeated by the affections and the identification of the subject with the same, attributing it value through the affective link. We focus on understanding how spaces can be organized in a way that can act as a potential promoter of quality in the education of infants and young children. This article aims to discuss how the organization of spaces is approached in official Brazilian documents. From the qualitative research of the documentary type, we analyzed documents of the Early Childhood Education, seeking to identify how the organization of the spaces is portrayed. We verified that in the documents the organization of the space is approached on a recurring basis, with emphasis on physical, structural and relational characteristics. We realized that the need to organize the space is not a recent concern / orientation and that the documents offer theoretical subsidies for structuring the space / quality environment in the institutions.

KEYWORDS: space. environment . Child education

LA ORGANIZACIÓN DE LOS ESPACIOS PARA BEBÉS Y NIÑOS PEQUEÑOS EN LOS DOCUMENTOS OFICIALES DE LA EDUCACIÓN INFANTIL

RESUMEN: El artículo es resultado de la investigación de maestría "Del espacio al lugar: contribuciones a la organización de los espacios para bebés y niños pequeños", vinculada al Programa de Postgrado en Educación de la FCT / UNESP de Presidente Prudente / SP. Consideramos el espacio un elemento curricular, de fuerte potencial educativo y protagonista en lo que se refiere a la práctica pedagógica y el desarrollo del niño. En la investigación presentamos los conceptos de espacio, ambiente y lugar a partir de la perspectiva fenomenológica. Destacamos que el espacio está constituido por la estructura física. El ambiente está compuesto por la fusión entre el espacio y las relaciones establecidas en su interior y el lugar se entiende como el espacio / ambiente permeado por los afectos y la identificación del sujeto con el mismo, atribuyéndole valor por medio del eslabón afectivo. Tenemos como foco entender cómo los espacios pueden ser organizados de forma que puedan actuar como un elemento potencialmente promotor de la calidad en la educación de bebés y niños pequeños. Este artículo tiene como objetivo discutir cómo la organización de los espacios es abordada en los documentos oficiales brasileños. A partir de la investigación cualitativa del tipo documental, analizamos documentos de la Educación Infantil, buscando identificar cómo la organización de los espacios es retratada. Se verificó que en los documentos la organización del espacio es abordada de forma recurrente, con destaque para características físicas, estructurales y relacionales. Se percibe que la necesidad de organizar el espacio no es una preocupación / orientación reciente y que los documentos ofrecen subsidios teóricos para que se estructuren espacio / ambiente de calidad en las instituciones.

PALABRAS CLAVE: Espacio . ambiente . Educación Infantil

REFERÊNCIAS

BLOWER, H.S.; AZEVEDO, G.A.N.; VASCONCELLOS, V.M.R. **O lugar do ambiente na Educação Infantil: APO na creche Paulo Niemeyer**. Grupo de Pesquisa: Ambiente-Educação (GAE) p. 1-16. 2008. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/prolugar/assets/trab2_o-lugar_ambiente.pdf> Acesso em: março de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para Educação Infantil**. 1v. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para Educação Infantil**. 2v. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para Educação Infantil**. 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos de idade à educação**. Brasília: MEC/SEB, 2006a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. 1v. Brasília: MEC/SEB, 2006c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. 2v. Brasília: MEC/SEB, 2006d.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil**. Encarte 1. Brasília: MEC/SEB, 2006e.

_____. Ministério da Educação/Secretaria da educação Básica. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009a.

_____. **Critérios pra um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças** / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg (2ª ed). Brasília: MEC, SEB, 2009b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Brincadeiras e interações nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil: manual de orientação pedagógica: módulo 1**. Brasília: MEC/SEB, 2012a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Brinquedos, brincadeiras e materiais para bebês: manual de orientação pedagógica: manual de orientação pedagógica: módulo 2**. Brasília: MEC/SEB, 2012b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Brinquedos, brincadeiras e materiais para crianças pequenas: módulo 3**. Brasília: MEC/SEB, 2012c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Organização do espaço físico, dos brinquedos e materiais para bebês e crianças pequenas: manual de orientação pedagógica: módulo 4**. Brasília: MEC/SEB, 2012d.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Critérios para compra e uso dos brinquedos e materiais para instituições de Educação Infantil: manual de orientação pedagógica: módulo 5**. Brasília: MEC/SEB, 2012e.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 promulgada em 20 de dezembro de 1996. 11ª ed. São Paulo: Roma Victor, 2015a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da educação Básica. **Mapa inovação e criatividade na Educação básica**. 2015b. Disponível em: <<http://criatividade.mec.gov.br/>> Acesso em: março de 2016.

CERISARA, A. B. **A produção acadêmica na área da educação infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações.** In: FARIA, A.L.G. de e PALHARES, M. S. (org.) Educação infantil pós – LDB: rumos e desafios. Polêmicas de nosso tempo. Ed. Autores Associados. 2001. p. 19 – 49.

_____. **O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no contexto das reformas.** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 326-345. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12935.pdf>>

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância.** Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.

EVANGELISTA, A.S. **Concepções e expectativas de crianças e de profissionais sobre o espaço educacional na Educação Infantil.** 2016. 264 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136198>>

FARIA, A.L.G. de. **O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da Educação Infantil.** In: FARIA, A.L.G. de e PALHARES, M. S. (org.) Educação infantil pós – LDB: rumos e desafios. Polêmicas de nosso tempo. Ed. Autores Associados. 2001. p. 67 – 91.

FORNEIRO, L.I. **A organização dos espaços na educação infantil.** In: ZABALZA, M. A. Qualidade em Educação Infantil/ tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GODOY, A.S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de empresas. São Paulo, v.35, n.2, p. 57 – 63. Mar./Abr. 1995b.

GRAY, D.E. **Pesquisa no mundo real.** 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012

HORN, M.G.S. **Sabores, cores, sons, aromas.** A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2013.

Recebido em dezembro de 2015
Aprovado em dezembro de 2017